



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA TRT/GP/DG Nº 114/2017

R E S O L V E

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III, do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** deste Tribunal, relativo ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017.

Publique-se no Diário Oficial da União.

CAMPO GRANDE, MS, 25 de setembro de 2017.

NICANOR DE ARAÚJO LIMA
Desembargador Vice-Presidente no Exercício da Presidência
do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	186.902.630,31	14.094,66	186.916.724,97
Pessoal Ativo	163.905.012,61	14.094,66	163.919.107,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	22.997.617,70	-	22.997.617,70
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	22.230.220,08	-	22.230.220,08
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	22.602,97	-	22.602,97
Despesas de Exercícios Anteriores	1.344.027,12	-	1.344.027,12
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.863.589,99	-	20.863.589,99
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	164.672.410,23	14.094,66	164.686.504,89
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,022541%	0,000002%	0,022543%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,044404%			324.385.021,21
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,042184%			308.165.770,15
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,039964%			291.946.519,09

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO - 25/set/2017 - 11h e 07m

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R\$ 541.155,19.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 794.024,92.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
 CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

R\$ 1,00

			PERÍODO						
			2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			163.486.757,93	170.886.269,61	172.560.857,57	172.628.372,38	176.944.263,81	180.821.945,92	186.916.724,97
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			14.859.848,16	14.544.139,77	15.267.391,77	15.690.603,70	20.043.199,75	20.732.576,31	22.230.220,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			148.626.909,77	156.342.129,84	157.293.465,80	156.937.768,68	156.901.064,06	160.089.369,61	164.686.504,89
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			656.857.642.623	674.522.742.050	700.438.647.763	695.041.041.696	722.474.299.182	718.531.431.019	730.531.081.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,022627%	0,023178%	0,022456%	0,022580%	0,021717%	0,022280%	0,022543%
LIMITE MÁXIMO <%> \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,041820%	0,041820%	0,041820%	0,041820%	0,041820%	0,041820%	0,041820%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4: ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,041808%	0,041808%	0,041808%	0,041808%	0,041808%	0,041808%	0,041808%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,036802%	0,036802%	0,036802%	0,036802%	0,036802%	0,036802%	0,036802%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,036733%	0,036733%	0,036733%	0,036733%	0,036733%	0,036733%	0,036733%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015		0,044404%	0,044404%	0,044404%	0,044404%	0,044404%	0,044404%	0,044404%

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R\$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Adriano Pires de Souza
Coordenador de Orçamento e Finanças

Selzo Moreira Fernandes
Coordenador de Controle Interno

Nicanor de Araújo Lima
Desembargador Vice-Presidente no Exercício da Presidência